

Associação de Promoção ao Investimento Florestal critica reforma de Capoulas Santos

22 de Agosto, 2017

A Associação de Promoção ao Investimento Florestal Acréscimo acusou hoje o Governo de fazer uma falsa reforma das florestas, defendendo que o essencial seria dar apoio aos proprietários e reforçar o papel do Estado enquanto regulador. Em comunicado, citado pela agência Lusa, a Acréscimo acusa o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, de “abuso de propaganda a uma falsa reforma”, ao repetir “à exaustão os ‘benefícios’ da sua ‘grande reforma’, chegando mesmo a compará-la aos feitos do rei D.Dinis.

Segundo esta associação, a atual reforma do Governo “deixa de fora o essencial”. “O essencial passaria por uma estratégia de extensão florestal, que assegurasse apoio técnico e comercial às centenas de milhares de proprietários rústicos com superfícies florestais”, defendeu a associação.

Além disso, acrescenta a mesma nota, uma “verdadeira reforma passaria ainda pela intervenção reguladora do Estado em mercados a funcionar em concorrência imperfeita, pela marcação de presença entre uma oferta excessivamente pulverizada e uma procura fortemente concentrada”. “Uma verdadeira reforma passaria pelo reforço do papel do Estado, algo que não é assegurado pela atual ‘reforma’”, sublinha a associação.

A associação entende igualmente que uma reforma essencial do setor passa por um serviço de extensão que permitisse valorizar a produção de bens e a prestação de serviços, que assegurasse a maximização do rendimento florestal, notando que “o apoio financeiro, por si só, tem primado pelo desperdício”.

Criticando a comparação feita pelo ministro entre a atual reforma das florestas e os feitos de D. Dinis, a Acréscimo afirma que Capoulas dos Santos “pode continuar a propagandear a ‘grandeza’ dos seus feitos”, mas tem de se lembrar que “2017 é ano de seca extrema” e que “os grandes incêndios rurais” têm sido duros.

“Pelo histórico de grandezas e de consensos em matéria de política florestal, como comparar a atual ‘reforma’ com a reforma de 1996, a de 2004 ou mesmo a de 2006?”, questiona a associação presidida por Paulo Pimenta de Castro.